



AUDIÊNCIA PÚBLICA ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR

Jeferson Furlan Nazário
Presidente da Fenavist



AUDIÊNCIA PÚBLICA - ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA

Quem Somos?

- A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (**Fenavist**) é uma entidade sindical patronal fundada em Março de 1989. Portanto, **atua há 30 anos** para representar os interesses do segmento de segurança privada brasileiro;
- A Federação agrega sindicatos nas **27 unidades federativas** do país, e associações que representam **2.694 empresas**, responsáveis pela geração de **553.905 empregos diretos**. A Fenavist também filiada à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC;
- Em parceria com os sindicatos, a Fenavist tem o compromisso de representar o setor de segurança privada de forma ampla e transparente, com o objetivo de valorizar as empresas e seus vigilantes, prestando serviços e promovendo modernização e crescimento para a atividade.

REPRESENTATIVIDADE

São atividades representadas nacionalmente pela Fenavist:

- Vigilância Patrimonial;
- Transporte de Valores;
- Escolta Armada;
- Segurança Pessoal;
- Cursos de Formação de Vigilantes;





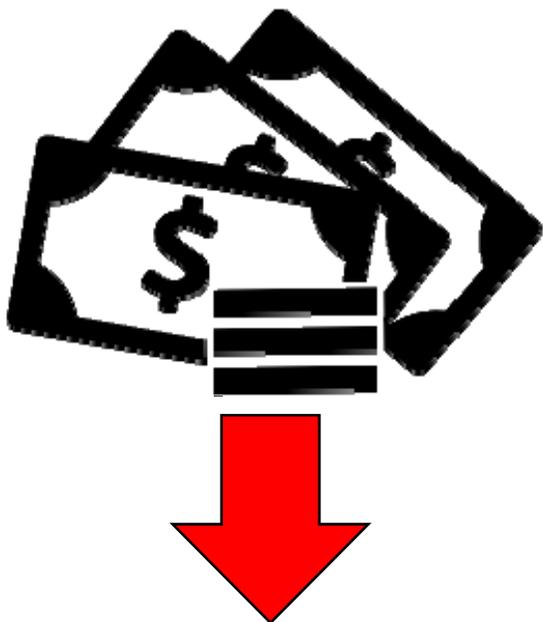
AUDIÊNCIA PÚBLICA - ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA

Importância do Segmento

- A segurança privada é complementar à segurança pública, mas não concorre ou substitui a atuação pública;
- Atuação em indústrias, administração pública direta, empresas públicas e sociedades de economia mista, empresas privadas, bancos, escolas, hospitais, residências e outros.

Toda a população, independentemente de pagar diretamente por ela ou não, é beneficiada!

Números do Setor



A segurança privada é uma das principais geradoras de emprego no País (**representa cerca de 0,5% do PIB**). Além disso, mais de 80% do faturamento retorna para os governos Federal, Estadual e Municipal em forma de tributos.

Com a ausência da regulamentação do setor, em 2018, as empresas de segurança, vigilância, escolta armada, transporte de valores e cursos de formação perderam quase **um bilhão em faturamento por ano, menos que em 2017, que já havia registrado queda**.

Entre 2014 e 2018, cerca de 100 mil postos de trabalho foram fechados.

Atualmente, **são 553.905 postos de trabalho**. Do total de trabalhadores, **476 mil são vigilantes**. O restante dos empregados atua em outras funções das empresas.



AUDIÊNCIA PÚBLICA - ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA

O que os números indicam?

1. Menos contratações, maior desemprego.
2. Faturamento menor, queda da arrecadação para o governo.
3. A única forma de reverter este quadro:

Aprovação imediata de uma legislação mais moderna, atualizada, que impulsionará o crescimento do setor:

O ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA



AUDIÊNCIA PÚBLICA - ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA

Motivos para aprovar

- Legislação vigente desatualizada. A Lei 7.102, que trata da segurança privada, foi aprovada em 1983, ou seja, há 36 anos;
- O Estatuto da Segurança Privada vem sendo discutido há mais de uma década no Congresso Nacional. Este projeto teve sua origem nesta Casa. O Substitutivo, que também passou pela Câmara, é um consenso firmado entre Empresas, Polícia Federal (órgão regulador e fiscalizador) e trabalhadores, enfim todos os envolvidos;
- Abre a possibilidade para que sejam criados novos postos de trabalho;
- Aumenta o poder e a capacidade de fiscalização da Polícia Federal, dando segurança jurídica para o combate e criminalização da **CLANDESTINIDADE**. De acordo com a PF, são 2500 empresas legalizadas e o dobro de clandestinas no Brasil. E, os clandestinos movimentam cerca de R\$ 60 bilhões/ano, valor que escapa ao recolhimento dos tributos
- Regulamenta a segurança eletrônica, que hoje está à margem da legislação.



AUDIÊNCIA PÚBLICA - ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA

Novas atividades previstas no Estatuto

- **Segurança perimetral nos estabelecimentos prisionais:** desarmada, armada com arma de fogo ou de menor potencial ofensivo;
- **Segurança em unidades de conservação:** desarmada, armada com arma de fogo ou de menor potencial ofensivo;
- **Monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança e rastreamento de numerário, bens e valores:** desarmada ou utilizando apenas armas de menor potencial ofensivo, vedado o uso de arma de fogo;
- **Gerenciamento de riscos em operações de transporte de numerário, bens ou valores:** somente desarmada, vedado o uso de arma de fogo ou de menor potencial ofensivo;
- **Controle de acesso em portos e aeroportos:** desarmada, armada com arma de fogo ou de menor potencial ofensivo;
- **Previsão expressa permitindo que a empresa de transporte de valores** poderá prestar os serviços de **armazenagem, custódia e processamento** do numerário e dos valores de seus clientes;
- **Outros serviços** que se enquadrem nos preceitos da nova Lei, na forma do regulamento: desarmada, armada com arma de fogo ou de menor potencial ofensivo, desde que haja autorização expressa da Polícia Federal.

Regulamentação da Segurança Eletrônica

O QUE SÃO?

Hoje, as empresas de sistemas eletrônicos de segurança são as que atuam nas seguintes atividades: elaboração de projetos e comercialização de produtos e serviços com a finalidade de acionar sistemas eletrônicos de segurança; rastreamento e monitoramento de bens, de semoventes e de pessoas; monitoramento de sinais de alarmes e de imagens, de circuito fechado de televisão, de cerca eletrificada, de controle de acesso e de detecção de incêndios; instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos com a finalidade de garantir o bom funcionamento de sistemas eletrônicos; e vistoria de sinal emergencial.

O QUE FAZEM?

Apesar de serem de grande utilização na segurança privada, as empresas de sistemas eletrônicos de segurança, não fazem parte do rol das empresas de segurança privada.

A segurança eletrônica é um apoio importante no sistema de segurança das empresas, com ampla utilização de diversos equipamentos de sistemas eletrônicos, como câmeras, alarmes, imagens de circuito fechado, softwares, biometria, e é, sem dúvida, o segmento ligado a segurança privada que mais cresce no Brasil.

LEGISLAÇÃO ATUAL?

Não há lei federal que regule especificamente as empresas de segurança eletrônica. A falta de uma legislação específica sobre a segurança eletrônica permite que empresas ilegais explorem o mercado, sem nenhum controle.

O Estatuto da Segurança Privada passa a considerar a segurança eletrônica como atividade da segurança privada.

Prevê que as empresas que prestam serviços de monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança e rastreamento de numerário, bens e valores segurança privada, necessitará de autorização prévia do DPF (Departamento de Polícia Federal), como já fazem as empresas de segurança privada atualmente.



AUDIÊNCIA PÚBLICA - ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA

Tramitação exaustiva dentro dos ritos regimentais

Originário do Senado Federal, o **PLS 135/10**, de autoria do ex-Senador Marcelo Crivella, tinha por objetivo fixar o piso salarial nacional dos vigilantes. Aprovado no Senado Federal em julho de 2012, foi remetido à Câmara dos Deputados para análise.

Após uma longa tramitação na Câmara dos Deputados, onde foram apensados mais de 100 projetos de lei, em **29 de novembro de 2016**, o projeto foi aprovado no Plenário, na forma do Substitutivo do Relator Deputado Wellington Roberto. E, desde dezembro de 2016, encontra-se no Senado Federal para a apreciação do Substitutivo da Câmara.

Desde outubro de 2017, a CAS aprovou o parecer do Relator, Senador Vicentinho, com várias alterações no Substitutivo da Câmara e a urgência.

O Requerimento de Urgência da CAS foi aprovado pelo Plenário do Senado em novembro de 2017.

Ao final da legislatura, o Substitutivo 6/16 não foi votado pelo Plenário e a urgência foi extinta.



AUDIÊNCIA PÚBLICA - ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA

2019 – o Ano das Mudanças!

Precisamos aprovar com **URGÊNCIA** esta nova Lei para permitir que o setor possa contribuir para aumento da segurança da população, criação de milhares de novos postos de trabalho e crescimento da economia.



AUDIÊNCIA PÚBLICA - ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA



Muito Obrigado

www.fenavist.org.br